

Áreas classificadas da Rede Natura ameaçadas por mais de 130 mil hectares de regadio, alerta ZERO

18 de Janeiro, 2022

A associação ZERO alerta, num comunicado, que há áreas classificadas da Rede Natura 2000 que estão ameaçadas por mais de 130 mil hectares de regadio. Este alerta advém de um estudo que contempla a expansão do modelo de intensificação agrícola de Alqueva para todo o país.

De acordo a associação, o estudo “Regadio 2030: Levantamento do Potencial de Desenvolvimento do Regadio de Iniciativa Pública no Horizonte de uma Década”, coordenado pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (EDIA), propõe um investimento entre 790 e 2 mil milhões de euros para o melhoramento de regadios existentes em todas as regiões do país e a criação de novos regadios no Norte, Centro e Alentejo. Nesse mesmo trabalho, aponta a ZERO, a EDIA advoga pela replicação do modelo do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) com uma expansão das áreas regadas por aproveitamentos hidroagrícolas de 127 mil hectares (ha), 134 mil se forem implementadas todas as ações propostas – excluindo eventuais áreas em regime precário.

“Dos 99 novos regadios, mais de 20 irão afetar áreas em rede Natura 2000, conflituando com os compromissos de conservação”, alerta a associação ambientalista, acrescentado que “um terço dos projetos para novos regadios integram áreas classificadas, incluindo Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC) pertencentes à rede Natura 2000. As sobreposições abrangem várias áreas da Reserva da Biosfera Meseta Ibérica, dois Parques Naturais (Vale do Tua e Douro Internacional), sete ZPE e doze ZEC”.

Da análise feita, a ZERO alerta ainda para os objetivos de conservação destas áreas: “Não são conciliáveis com a tipologia de regadio e o modelo de intensificação agrícola que se propõe no estudo apresentado, por levar à destruição dos habitats a preservar e à consequente degradação da biodiversidade”.

No entender da associação, o estudo apenas aponta um sentido para o investimento público para a irrigação: os regadios coletivos de iniciativa estatal e as monoculturas em grande escala. “De fora, ficam soluções efetivas para os agricultores nos territórios mais vulneráveis às alterações climáticas e aos processos de desertificação e despovoamento”, lamenta.

Como nota final, a ZERO defende que a política agrícola nacional tenha em conta as características deste “modelo de intensificação agrícola” e que considere outros modelos e abordagens na programação da estratégia nacional para o regadio, garantindo “retornos sócioambientais do enorme investimento público – usando uma abordagem agroecológica”.